

O FIM DA HISTÓRIA É O FIM DOS IMPÉRIOS

Sonhos e visões do fim – Daniel 7

Júlio Paulo Tavares Zabatiero

Introdução

Textos apocalípticos judaicos e cristãos são caracterizados, entre outras coisas, por falar do *fim* – fim dos tempos, fim das dores, fim do pecado, fim dos impérios. Mas também textos filosóficos e políticos não-religiosos falam do fim. O mais famoso texto político-filosófico do final do século passado foi o publicado por um funcionário do governo norte-americano, Francis Fukuyama, em que ele anunciava o “fim da história”. Para ele, o fim da história significava, não o fim dos acontecimentos, mas o fim das utopias, das possibilidades de mudança estrutural, de término do capitalismo. Em sua visão extremamente otimista do “capitalismo democrático” norte-americano, ele considerava que o melhor dos mundos possíveis já estava existindo, e nada mais era necessário a não ser expandir esse “melhor mundo possível” para todas as nações pobres e para as não-democráticas.

A linguagem apocalíptica de Fukuyama é fruto de uma secularização da apocalíptica judaico-cristã em sincretismo com a linguagem exaltada da ideologia real mesopotâmica, especialmente da Babilônia. O discurso capitalista do fim da história é a versão secular do louvor babilônico: “Eu sou, e fora de mim não há nada! Não me tornarei viúva, nem ficarei desfilhada” (Is 47,8), mesclada com a visão apocalíptica do fim dos tempos. Esta é a linguagem do imperialismo, dos impérios políticos, ou econômicos, que se consideram tão superiores aos demais povos que vivem em segurança e arrogância ideológicas. Assim como no passado distante do Antigo Oriente, também hoje os impérios divulgam a sua mensagem do fim – agora com a televisão e demais meios de comunicação massiva – do fim da resistência, do fim da oposição, do fim da utopia. Esta é a relevância da leitura de textos apocalípticos hoje: resistir contra as crenças seculares no fim da história.

1. Interpretando a apocalíptica judaico-cristã canônica

No passado distante, como agora, a apocalíptica judaico-cristã da Escritura é a expressão da resistência dos enfraquecidos e dominados contra a arrogância ideológica imperial. Naquele tempo, como agora, a interpretação da apocalíptica é parte da luta pela liberdade e pelo futuro. Uma veneranda tradição cristã interpreta os textos apocalípticos de forma a-histórica. É uma interpretação que assume como *literal* a lógica apocalíptica que divide o tempo em duas metades: o velho e o novo tempos, e anuncia a consumação do velho e a chegada do novo, enviada unicamente por Deus à terra. Uma leitura que podemos chamar de espiritualizante, pois retira o ser humano do palco das ações e o coloca na platéia – transforma o ser humano em espectador passivo

de um drama celestial conduzido e orquestrado por Deus e seus anjos, na luta contra o Diabo e seus demônios. Como nada podemos fazer, a não ser esperar e orar, essa interpretação dos textos apocalípticos resulta em uma fuga da história, em uma visão da missão cristã apenas em termos “espirituais” e individuais.

Uma outra tendência de interpretação dos textos apocalípticos enfatiza a desmitização dos símbolos da apocalíptica. Entende que a lógica temporal da apocalíptica é apenas simbólica e não pode ser usada como uma chave para a interpretação da história. Vê a apocalíptica como um grito desesperado, como a expressão quase irracional de pessoas que não sabem como enfrentar a perseguição e a opressão. Por isso, se refugiam no sonho, nas visões e nas especulações dos textos apocalípticos. Esta interpretação não é espiritualizante, mas em sua versão secularizada não deixa de ser uma interpretação puramente existencial e individualista. Vê os textos apocalípticos como expressão da incapacidade religiosa de interpretar a história a não ser em termos religiosos e pessoais.

Uma terceira forma de interpretação – que uso neste artigo – também tem uma longa história, mas uma história abafada, silenciada ao longo dos tempos. Uma história retomada nas últimas décadas do século passado pela leitura popular latino-americana. Nesta visão interpretativa, a apocalíptica é uma literatura de resistência, uma expressão do grito utópico (não desesperado) de um povo, ou de comunidades cristãs, subjugado por impérios militarmente poderosos e religiosamente autoritários. A linguagem simbólica dos textos apocalípticos é vista como uma espécie de *código* secreto para proteger as pessoas e comunidades dominadas da perseguição e da prisão. É uma linguagem subversiva, por isso deve ser ocultada dos dominadores, e aberta apenas para aquelas pessoas e grupos que sofrem a dominação. Como todo código, é preciso ter a chave certa para descobrir o seu significado. Essa chave é a chave da resistência contra o império, da resistência contra o desânimo, da esperança utópica na construção de um novo e melhor futuro.

Comentando sobre o capítulo 7 de Daniel, Collins afirma: “a função de Daniel 7 é exortar e consolar os judeus perseguidos, mas esta função é desempenhada indiretamente, mediante a apresentação de uma visão do mundo como a arena de forças sobrenaturais, e mediante a antevisão de um julgamento celestial para a resolução do conflito” (John J. Collins, *Daniel with an introduction to Apocalyptic Literature*. Grand Rapids, Eerdmans, 1984, p. 82).

2. Larga de besteira, menino!” – Daniel 7 como expressão de resistência e esperança

Vira e mexe me lembro das broncas da minha avó. “Larga de besteira, menino” era uma das preferidas dela, que me vem à memória várias vezes em que leio textos apocalípticos, com as suas bestas, e com as besteiras interpretativas que marcam a história da interpretação desses textos. Para entender um texto como Daniel 7 é preciso “largar de besteira” e colocar as bestas em seu devido lugar – no texto e no contexto. Daniel está sonhando, diz o texto, e em seu sonho teve visões que o transtornaram: visões de bestas-feras monstruosas, que culmina na visão de um pequeno chifre com

olhos e boca de gente (Dn 7,1-8). A estas visões “abestadas”, segue-se uma visão palaciana: tronos são arrumados, e um ancião senta-se em um deles, feito de fogo, servido por incontável multidão. No fogo, a besta chifruda é queimada, mas as outras bestas são poupadas por um tempo determinado (7,9-12). O sonho visionário termina com a imagem de alguém parecido com um ser humano (“um como filho de homem”) que se aproxima do ancião e recebe o poder e o reino para sempre (7,13-14). Se você não entendeu nada, não se preocupe, pois Daniel também não sabia o que fazer com essas visões noturnas de seu sonho, e no próprio sonho pede ajuda exegética a um dos servos do ancião (7,15-16), e ouviu a interpretação do sonho (7,17-27). Acordado, Daniel permanece pensativo, inquieto, ansioso. E guardou o sonho e sua interpretação na memória (7,28).

O sonho de Daniel é semelhante aos sonhos de Nabucodonosor (capítulos 2 e 4 de Daniel), não na sua simbólica, mas na sua visão da história. Daniel 7 é uma interpretação da história do povo de Israel. As bestas (como a estátua e a árvore de Dn 2 e 4) são símbolos de reis poderosos (cf. 7,17). Em Daniel 7, quatro reis são descritos, não em sucessão histórica, mas como se fossem contemporâneos. O mais terrível desses é o quarto (interpretado como “reino” em 7,23s), do qual surgirão dez reis, seguidos por um que “será diferente dos primeiros e abaterá três reis” (7,24), que não só dominará política e economicamente, mas também tentará acabar com a própria Torá e a fé em Javé (7,25). O que se destaca na visão e sua interpretação é que cada rei e reino tinha suas próprias características, e que, apesar de sua força, cada um deles chegou ao fim – e o reino e o poder foram entregues ao povo de Javé. Se é assim, por que Daniel teria ficado inquieto a ponto de perder a cor do rosto (7,28)? Aparentemente porque, antes do fim da última besta, o povo judeu ainda iria sofrer e muito!

Segundo a interpretação atualmente predominante na exegese acadêmica, o texto de Daniel foi escrito durante o reinado de Antíoco IV Epífanes (c. 175-163 aC), como expressão da resistência dos judeus contra a helenização forçada por esse rei, que culminou na profanação do Templo de Jerusalém. As três primeiras bestas seriam, em seqüência, os impérios babilônico, meda e persa. A última besta seria uma descrição da conquista do Oriente por Alexandre, o Grande, e a posterior divisão de seu império entre os seus generais. Antíoco IV, um dos sucessores desses generais, teria sido o responsável pela blasfêmia contra o Altíssimo (ao profanar o Templo) e pela provação do povo de Deus, ao impor a religião helênica como religião “oficial” na Judá por ele dominada. Esta é uma interpretação plausível, e provavelmente a melhor possível em uma perspectiva histórica. Certamente é melhor do que a alternativa tradicional (fundamentalista) de situar o livro no período babilônico e lê-lo como uma profecia futura, e melhor do que a alternativa histórico-crítica de interpretar o quarto reino como o Império Romano.

Dada, porém, a natureza do texto, não acredito que devemos fechar a questão quanto à identificação dos reis e reinos como a seqüência Babilônia-Média-Pérsia-Macedônios. A razão para manter a mente aberta está na própria força dessa identificação: como ela faz muito sentido para nós, ocidentais e acadêmicos, e só se sustenta graças ao nosso conhecimento da história do Antigo Oriente, pode não corresponder à

lógica dos símbolos e metáforas do texto bíblico. É possível que o texto de Daniel 7 não tenha intencionado apresentar os reis em uma seqüência. De fato, nada há no *texto* propriamente dito que exija essa interpretação seqüencial. Para a compreensão da visão de história do texto, contudo, a identificação exata dos reis e reinos não faz qualquer diferença. Outra, porém, é a situação da atribuição da época da escrita do livro para o período helênico. Não há nenhuma razão plausível para datar o livro em outra época, anterior ou posterior. Embora não possamos ter certeza absoluta de que o texto seja da época exata de Antíoco IV Epífanes, outras hipóteses têm menor força e, ao que tudo indica, o livro não poderia ter sido escrito fora do ambiente de pensamento judaico ameaçado pelo helenismo.

O capítulo 7 de Daniel ocupa um lugar central no livro. É o último capítulo em aramaico e o primeiro em forma tipicamente apocalíptica. Como texto aramaico, se une aos capítulos 1-6; como texto de gênero tipicamente apocalíptico, liga-se aos capítulos 8-12. Além desses fatores, o capítulo 7 também se liga aos capítulos anteriores por retomar os sonhos de Nabucodonosor; e aos posteriores por ditar o tom da interpretação dos capítulos seguintes. Embora haja muita discussão quanto à unidade do capítulo 7, da parte da pesquisa histórico-crítica, é possível perceber no capítulo uma unidade temática e redacional, de modo que se torna desnecessário admitir a existência de diferentes redações para este texto, conforme a discussão de John Collins em seu comentário ao livro de Daniel (*Daniel. A commentary on the book of Daniel*. Minneapolis: Fortress Press, 1993). A estrutura do capítulo é relativamente clara:

- v. 1-2a Introdução (em terceira pessoa)
- v. 2b-14 Relato do sonho visionário (em primeira pessoa)
 - 2b-7 Visão das quatro bestas
 - 8 Visão complementar do pequeno chifre
 - 9-10 Visão do trono
 - 11-12 Visão da morte da quarta besta
 - 13-14 Visão de “um como filho de homem”
- v. 15-27 Interpretação do sonho visionário (“um dos ali presentes”)
 - 15-18 Primeiro pedido e primeira interpretação
 - 19-27 Segundo pedido e segunda interpretação (a quarta besta)
- 28 Conclusão (em primeira pessoa)

O capítulo é a narrativa de um sonho e sua interpretação. Na interpretação que apresento, sigo a lógica literária do texto, e não a reconstrução histórico-crítica, de modo que usarei os nomes Daniel e Baltazar, por exemplo, sem qualquer pretensão de que os acontecimentos narrados no texto sejam do período babilônico. A peculiaridade deste sonho é que ele consistiu de visões e da interpretação das visões. Sonhos e vi-

sões, na literatura apocalíptica, desempenham um importante papel revelatório. É através de sonhos e visões que os textos apocalípticos destacam que um determinado conteúdo tem valor de verdade e está revestido da aprovação divina. Tais sonhos e visões podem, simplesmente, ser expressão de uma forma literária. Mas podem, também, de fato, ter ocorrido e ter servido de base para quem escreve o texto. O sonho, diz o texto, ocorreu no primeiro ano de Baltazar, rei da Babilônia, alterando a ordem cronológica dos capítulos anteriores (no capítulo 5 é narrada a morte de Baltazar), de modo que o capítulo 7 fica mais ligado aos capítulos seguintes do que aos anteriores. Esta pode ser também a razão da perturbação de Daniel (7,28), uma vez que o sofrimento do povo judeu sob a dominação de um novo rei poderia ser intensificado.

O relato do sonho inicia com duas afirmações espaciais importantes: Daniel viu “os quatro ventos do céu” que “agitavam o grande mar” (7,2b). Os quatro ventos indicam principalmente a universalidade, marcam os quatro limites da terra – norte sul, leste e oeste; enquanto o mar indica principalmente o lugar da revolta contra Deus, o lugar da desordem e do caos. Estas figuras espaciais lembram o texto do épico babilônico sobre a criação, o *Enuma Elish*, especialmente pela figura do mar que, no texto babilônico, é a deusa Tiamat que se revolta contra os deuses maiores e é derrotada pelo deus Marduc, com o auxílio dos quatro ventos celestes. É do mar que surgem as bestas (3), indicando que os reis e seus impérios são, acima de tudo, expressão da desobediência e deslealdade a Javé, e representam um projeto político contrário ao projeto libertador do deus dos hebreus. Especialmente no Segundo Isaías e nos Salmos do Reinado de Javé (93–97; 99) que a simbologia do mar é usada para expressar o poder e a unicidade de Javé em detrimento dos deuses das outras nações que passam a ser vistos apenas como ídolos.

A descrição das bestas utiliza elementos provenientes de tradições cananitas e mesopotâmicas, nas descrições de seus deuses, não só nos textos teológicos, mas também nos estandartes e monumentos públicos. Vem também de tradições bíblicas, particularmente de Os 13,4-8 – embora em Oséias seja Javé quem é descrito como leão, leopardo, urso e leoa e como quem vem julgar o seu povo pecador. Aqui, as bestas são inimigas de Javé e do povo de Deus (cf. Is 27,1; 51,9-11; Ez 34). Mais importante do que entender os detalhes da descrição de cada besta é captar o senso de poder e brutalidade dos reis que se insurgem contra Javé e seu povo. A visão é perturbadora porque os inimigos do povo de Deus são terríveis, poderosos e destruidores. As bestas não agem sozinhas, mas representam as divindades destruidoras – diz-se no texto, da primeira besta, que “ele foi erguido ... um coração humano lhe foi dado” (4), da segunda besta, que “a este diziam” (5) e da terceira besta que “foi-lhe dado o poder” (6). Somente da quarta besta não se diz que a ela foi dada alguma coisa, também por isso o texto afirma que ela era “muito diferente das feras que a haviam precedido” (7). Esta última besta, além do enorme poder destruidor, também é caracterizada como tendo o poder da *propaganda* – com seus olhos podia enxergar bem a realidade e com sua boca podia proferir “palavras arrogantes” (8), ou seja, falar de projetos grandiosos de dominação e conquista (cf. Dn 11,36; Is 37,23; Sl 12,3; Ab 12) – “as ‘coisas grandes’ que Antíoco fala (7,8b), autodivinizando-se, correspondem a práticas políticas apoiadas na forma; ‘coi-

sas maravilhosas' (*nīpla'ot*), talvez (fortalezas, conquistas imensas, riqueza proveniente do despojo de países inteiros: 11,38s), da perspectiva do opressor. Realizações que pretendem impor 'paz e segurança' para o projeto imperial, mas que significam medo e insegurança para os vassalos que necessariamente têm que optar entre o servilismo ou a perseguição" (José S. Croatto, "O discurso dos tiranos em textos proféticos e apocalípticos", *RIBLA* 8, 1991, p. 41).

Em contraste com esta terrível e assustadora descrição de bestas destruidoras, o sonhador tem uma nova visão (9-10) – que o move do espaço turbulento do mar agitado pelos ventos do céu, e o coloca em um espaço calmo e seguro da sala do trono; calmo mas poderoso, pois caracterizado pelo fogo: que destaca o poder destruidor e purificador do Deus de Israel. Este, descrito como um ancião, de cabelos e barba brancos, e de vestes brancas, que é servido por incontável multidão, e assume o trono para julgar. A descrição em termos humanos contrasta com a bestialidade dos inimigos de Israel, e ressalta a bondade, a sabedoria e a paz que emanam de um ancião. Para ajudar na imaginação de tal ancião, podemos recorrer ao mago Gandalf, de *O Senhor dos Anéis*, após ter sido transformado em Gandalf, o Branco. Os livros abertos indicam que o ancião tem o controle da história e da vida. A descrição do trono de Deus tem uma vasta tradição na Escritura (e.g. 1Rs 22,19; Is 6; Ez 1; 3,22-24; 10,1), mas o relato mais parecido com este se encontra em I Enoque 14, um texto não-canônico do período helênico.

O julgamento proferido pelo ancião derrota as bestas (11-12), sendo que a quarta besta é morta por causa de sua arrogância, e consumida pelo fogo que saía do trono divino (este verso é uma das fontes usadas pelo Apocalipse para descrever o inferno de fogo e enxofre como o lugar da condenação eterna). A descrição da sala, com vários tronos, remete a antigos textos cananitas que descrevem a corte celestial, com El ou Baal ocupando o trono principal, julgando acima dos demais deuses. As outras três bestas recebem alguma clemência no juízo, pois não foram executadas imediatamente, mas tiveram uma sobrevida – que essa sobrevida tenha sido por "uma data e um tempo determinados" indica a soberania de Deus sobre a história das nações – bem como seu poder sobre o mundo divino e angelical. Por mais destrutivas e aterrorizantes que fossem as bestas, seu poder sequer se poderia comparar ao poder e à autoridade de Javé, o deus de Israel.

Os versos 13-14 estão entre os mais comentados e discutidos de toda a Bíblia, não só no ambiente judaico, mas principalmente na tradição cristã, dada a utilização da expressão "filho do homem", em o Novo Testamento, para se referir a Jesus. Não podemos entrar em detalhes aqui. Devemos destacar alguns pontos: (1) o texto não diz que a figura era um "homem", mas um "como filho de homem", ou seja, alguém com aparência humana. Esta figura, uma das incontáveis que serviam ao Ancião, é descrita como "vindo sobre as nuvens do céu", que se adiantou e se aproximou do ancião e recebeu dele o domínio e poder e a honra. Em contraste com o domínio das bestas, transitório e válido apenas por tempo determinado, esta figura quase humana recebe o poder para todo o sempre (14). Os termos aqui usados se assemelham aos usados para descrever a glória de Nabucodonosor (Dn 2,37; 5,18), e a extensão universal do seu domínio (Dn 3,4). Estes textos destacam que o poder de Nabucodonosor fora uma con-

cessão de Javé por tempo determinado, em contraste com o reino sem fim que pertence somente a Javé (3,33; 6,27), mas que ele iria outorgar a um seguidor seu (2,44).

Inquieto, Daniel busca ajuda – duas vezes – para interpretar suas visões (15.19-22) e uma das figuras que servia ao ancião lhe passou a interpretação das visões em duas fases (16-18.23-27). Na interpretação, fica claro que as bestas são reis que se insurgem contra Javé e guerreiam contra o seu povo e lhe causam grande transtorno e sofrimento. A quarta besta é descrita como um reino que não só dominará política e economicamente sobre o povo de Javé, mas que também se esforçará para mudar a fé e a identidade do povo de Deus (23-26). O domínio das bestas sobre Israel, inclusive o da quarta besta, é concedido apenas “por um tempo, tempos e metade de um tempo” (25), expressão que indica o caráter temporário, transitório e outorgado desse domínio. Não é necessário tentar traduzir a expressão em anos e décadas. Basta notar que é Javé quem domina sobre os dominadores de seu povo, e não permite que tal dominação dure mais do que o devido: “as visões de *hybris* e libertações miraculosas revelaram aos reis os limites do seu poder. Assim também Daniel é lembrado, na visão do capítulo 7, que o poder estrangeiro é limitado e temporário” (Dana N. Fewell, *Circle of Sovereignty. Plotting Politics in the book of Daniel*. Nashville: Abingdon, 1991, p. 129). Tal visão da soberania de Deus deriva das tradições proféticas pré-exílicas e do início do exílio que falam do juízo de Deus contra seu povo através de exércitos estrangeiros. Especialmente os profetas exílicos destacam que o juízo tem prazo determinado (os setenta anos, em Jeremias e Ezequiel), e o tempo determinado de Is 40,1-2.

O aspecto polêmico na interpretação desta seção do capítulo se refere à identidade dos “santos do Altíssimo” (18.22.25.27). Há indícios importantes de que tais “santos” sejam reconhecidos como seres angelicais – uso bastante comum na literatura apocalíptica, e no próprio livro de Daniel (4,10.14.20; 8,13). Se a melhor interpretação for essa, a seção deve ser interpretada como Javé dando o poder aos anjos que representam seu povo nos lugares celestiais, talvez o próprio Miguel (12,1ss), que representa Israel na batalha celestial e derrota os anjos inimigos. A maior dificuldade desta interpretação são os versos 24 e 27 que apontam, mais provavelmente, para o povo de Israel (cf. Sl 34,10; I Enoque 100,5) – pois este é o povo que é tentado a abandonar a fé em Javé (24) e é este povo que receberá os reinos “sob todos os céus” (27). A polêmica, porém, pode ser dissolvida sem maiores problemas se reconhecermos o caráter simbólico dos textos apocalípticos. Se os santos do Altíssimo são seres angelicais, eles representam o povo terreno de Israel, de modo que, no final das contas, não há diferença significativa na compreensão do texto.

O ponto, a tese – por assim dizer – da seção é que Javé, rei dos reis e deus dos deuses, irá exercer sua soberania e, mais uma vez, libertar seu povo da dominação estrangeira. Como um deus fiel à sua aliança e promessas, Javé outorgará a Israel mais uma vez a liberdade e estabelecerá seu povo como o povo mais importante da terra (cf., especialmente, Isaías 40–55). Esta mensagem de resistência e esperança é que ressoa no capítulo 7. Por mais terrível e tremenda que seja a situação, Javé é soberano e justo, e levará a história em sua correta direção. Devemos cuidar, porém, para não anularmos o caráter simbólico do texto, nem a perspectiva pactual da ação de Javé, que nunca age

sozinho, transformando a história como que por um passe de mágica. O poder de Javé é exercido em parceria com seu povo. A fidelidade de Javé demanda a fidelidade de seu povo, de modo que a história não é o efeito da ação solitária de Deus ou de seus anjos no céu, mas da ação conjunta de Deus e seu povo na face da terra. Ao invés de “quietista”, a literatura apocalíptica precisa ser interpretada como fonte de força, resistência e “revolução”: “ainda que não seja fácil entender, especialmente para os que não vivem as situações apocalípticas deste continente, esta é uma teologia profundamente revolucionária, pois anuncia a morte do ditador” (Hans de Wit, *Libro de Daniel: uma relectura desde América Latina*. Santiago: Reuhe, 1990, p. 175).

Compreender a história e a soberania de Deus sobre a história é, por um lado, motivo de alento e força para agir. Mas, por outro lado, é também motivo de inquietação e reflexão (28). O desafio é imenso, e mesmo com Deus ao nosso lado, somos pequenos demais para enfrentá-lo. Se empalidecemos, como Daniel, diante do drama da história; com Daniel também recuperamos a cor, e caminhamos de cabeça erguida, juntos com Javé e Jesus Cristo, na construção de um mundo novo.

Conclusão

Daniel 7, como a literatura apocalíptica canônica, é um convite à reflexão sobre o poder opressor e seus limites. É um convite à resistência contra toda dominação e à esperança da transformação das realidades opressoras, injustas e excludentes. Resistência e esperança baseadas na fé em Javé, e concretizadas na fidelidade ao Senhor, mediante ações de justiça na terra. Daniel 7 não oferece um programa político, mas a motivação para cada geração do povo de Deus construir seus projetos políticos em fidelidade à política libertadora e justa de Javé. Neste nosso tempo de globalização e dominação ideológica que se auto-identificam como definitivas, Daniel 7 é lembrança de que todo poder terreno terá fim – e mais cedo do que os poderosos imaginam. E se o poder terá fim, Daniel 7 nos convida a seguir a Javé na ação política e solidária que faz o fim acontecer. O fim da história é o fim dos impérios, o fim das opressões, o fim das exclusões. É o início, o nascimento de uma sociedade justa e libertadora. É o desafio de manter a justiça nas sociedades.

Júlio Paulo Tavares Zabatiero
Escola Superior de Teologia
São Leopoldo-RS
jzabatiero@uol.com.br